

## Balço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2014	2013
Títulos e Valores Mobiliários	4	34.404	15.696	Fornecedores e outras contas a pagar		48	-
Tributos a recuperar	5	1.564	430	Salários e encargos sociais		8	-
Imóveis para Venda	7	11.649	-	Tributos a recolher		277	1.140
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>47.617</b>	<b>16.126</b>	Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	9.d	4.900	2.904
				Outras contas a pagar		18	-
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.251</b>	<b>4.044</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	9	26.025	2.758
				Reserva de lucros		16.341	9.324
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>42.366</b>	<b>12.082</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>47.617</b>	<b>16.126</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>47.617</b>	<b>16.126</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

Saldo em 31 de dezembro de 2012	Reserva de Lucros				Total
	Capital social	Legal	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	
Integralização de capital	533.274	-	-	-	533.274
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP	(530.516)	-	-	-	(530.516)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.228	12.228
Reserva legal	-	611	-	-	(611)
Dividendos obrigatórios distribuídos	-	-	-	(2.904)	(2.904)
Retenção de lucros	-	-	8.713	-	(8.713)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.758</b>	<b>611</b>	<b>8.713</b>	<b>-</b>	<b>12.082</b>
Integralização de capital	23.380	-	(11.617)	-	11.763
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior	-	-	2.904	-	2.904
Redução de capital	(123.589)	-	-	-	(123.589)
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP	123.476	-	-	-	123.476
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.630	20.630
Reserva legal	-	1.031	-	-	(1.031)
Dividendos obrigatórios distribuídos	-	-	-	(4.900)	(4.900)
Retenção de lucros	-	-	14.699	-	(14.699)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>26.025</b>	<b>1.642</b>	<b>14.699</b>	<b>-</b>	<b>42.366</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 - Em milhares de reais

**1. Contexto operacional**  
Em 2003, inspirado em experiências internacionais, o Governo de Minas estabeleceu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP), com o objetivo de atrair investimentos privados em infraestrutura, por meio de relações contratuais de longo prazo. Para tanto, havia a necessidade de estabelecer mecanismos eficientes de regulação dos contratos.

Os primeiros parâmetros legais direcionados à regulação dos contratos de PPP no País foram aprovados em Minas Gerais em dezembro de 2003, por meio da Lei Estadual nº 14.868/03. Segundo esta lei, cabe ao ente privado contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos sendo remunerado segundo o desempenho obtido nas atividades contratadas. Além de criar o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, a importância desta lei está na criação do ambiente institucional para a modelagem e implantação de contratos de PPP, uma vez que instituiu o Conselho Gestor de PPP e a Unidade de PPP como unidades integrantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. Após a consolidação institucional e o desenvolvimento dos estudos de modelagem de projetos específicos, o Estado de Minas Gerais, visando o aperfeiçoamento do Programa Estadual de PPP's e o aprimoramento do mecanismo de mobilização de recursos para o pagamento das contraprestações e oferecimento de garantias, O Estado, em 2011, por meio da Lei Estadual nº 19.968 de 26/12/2011, autoriza a MGI – Minas Gerais Participações S.A., pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais ("EMG"), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais ("SEF"), a constituir subsidiária, em conformidade com a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de julho de 2013, com a finalidade de realizar operações estruturadas de mercado relacionadas com seus ativos.

Portanto, neste contexto, em 16 de julho de 2013, foi lavrada no cartório do décimo ofício de notas de Belo Horizonte, Livro 952 N, folha 1, a escritura pública de constituição de subsidiária integral da MGI, denominada EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. ("Companhia"), pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, que possui como principais objetivos, conforme art. 3º do seu Estatuto Social:  
(a) titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio,  
(b) estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros,  
(c) assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP),  
(d) elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e parcerias público-privadas,  
(e) auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações,  
(f) prestar garantias,  
(g) celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, (h) participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

**2. Base de preparação****(a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014), alterou o CPC 35, CPC 37 e CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre o BR GAAP e o IFRS. Essa revisão não provocou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 06 de março de 2015.

**(b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor.

**(c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da EMIP. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**(d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

**3. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo serão aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios subsequentes dessas demonstrações financeiras.

**(a) Instrumentos financeiros****(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a EMIP se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber de clientes e outros créditos e títulos e valores mobiliários.  
**Títulos e valores mobiliários**  
Títulos e valores mobiliários abrangem saldos de aplicações financeiras de renda fixa com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo. (Veja nota 4).

**Ativos mantidos para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de conversão de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado, (veja nota 7).

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: impostos a pagar, dividendos a pagar e obrigações por repasse. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**(iii) Capital social****Ações ordinárias**

Ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados durante o exercício de competência.

**(b) Redução ao valor recuperável (impairment)**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**  
Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

**(c) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**(d) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem rendimentos de aplicações em fundos de investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem de encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

**(e) Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substitutivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**(f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia, não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

**IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement

## Demonstração do resultado

## Exercícios findos em 31 de dezembro

## Em milhares de reais

	2014	2013
<b>Receita</b>	<b>31.798</b>	<b>18.521</b>
Receitas aplicações financeiras	31.790	18.526
Receitas de atualização de créditos	8	-
Despesas financeiras	-	(5)
<b>Custos</b>	<b>(550)</b>	<b>(12)</b>
Pessoal	(358)	-
Despesas administrativas	(192)	(12)
<b>Lucro bruto</b>	<b>31.248</b>	<b>18.509</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>31.248</b>	<b>18.509</b>
Impostos de renda	(7.801)	(4.615)
Contribuição social	(2.817)	(1.666)
<b>Lucro do exercício</b>	<b>20.630</b>	<b>12.228</b>
Reserva legal - 5%	(1.031)	(611)
<b>Base de cálculo apuração dividendos</b>	<b>19.599</b>	<b>11.617</b>
dividendos obrigatórios - 25%	(4.900)	(2.904)
Resultado após apuração dos dividendos obrigatórios	<b>15.730</b>	<b>9.324</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado abrangente

## Exercícios findos em 31 de dezembro

## Em milhares de reais

	2014	2013
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>20.630</b>	<b>12.228</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>20.630</b>	<b>12.228</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

**(Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).** A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a comercialização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com a adoção antecipada permitida.

**IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S.GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir ou após 1º de janeiro de 2017, com a adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

**4. Títulos e valores mobiliários**

Títulos e valores mobiliários 201.636 422.736  
Recurso destinado aos pagamentos de PPP (167.232) (407.040)  
**Total apresentado** **34.404** **15.696**

Os títulos e valores mobiliários da Companhia, perfazem em dezembro de 2014, o valor de R\$ 201.636, (em dezembro de 2013, o valor de R\$ 422.736). entretanto, a Companhia, destinou para o pagamento das contraprestações em nome do Estado aos parceiros públicos, os valores de R\$ 167.232 e R\$ 407.040, em dezembro de 2014 e 2013 respectivamente. Os valores apresentados nesta nota, de R\$ 34.404 e R\$ 15.696, (veja nota 12.a.i), são destinados aos gastos operacionais da Companhia, e são reportados por aplicações financeiras de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

**5. Tributos a recuperar**

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF 1.564 430  
**Total** **1.564** **430**

A Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2014, créditos de IRRF decorrentes de aplicações financeiras.

**6. Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensal por estimativa. Os tributos definitivos são apurados ao término de cada exercício social.

**Lucro antes dos impostos** **31.248** **18.509**  
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar (4.900) (2.904)  
**Base de cálculo para IRPJ** **26.348** **15.605**  
Total Imposto de renda e contribuição social (10.618) (6.281)  
**Taxa efetiva** **40,30%** **40,25%**

**7. Ativos mantidos para venda**

Em 29 de Janeiro de 2014, o Conselho de Administração da MGI, acionista única da EMIP, deliberou, o aumento de capital no valor de R\$ 11.762, mediante incorporação de 165 imóveis de sua propriedade, remanescentes da privatização dos bancos BEMGE, CREDIREAL e da extinção da MINASCAIXA, de propriedade do EMG, já em 29 de setembro de 2014, o mesmo Conselho, reduziu para 161 imóveis, no valor de R\$ 113, perfazendo o total de R\$ 11.649 em 31 de dezembro de 2014.

**8. Partes relacionadas**

A Companhia tem com controladora MGI – Minas Gerais Participações S.A., um convênio de Cooperação Técnica, perfazendo o total de R\$ 48, em 31 de dezembro de 2014.

**9. Patrimônio líquido****(a) Capital Social**

Em 29 de setembro de 2014, a MGI promoveu uma redução do capital social da EMIP, no valor de R\$ 123.589. Com essa redução, o capital social passou para R\$ 433.065, (R\$ 533.275, em dezembro de 2013), totalmente integralizado, e a quantidade de ações passou para 478.487.293, (615.039.667 em dezembro de 2013), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido canceladas 136.552.374 ações do mesmo tipo e natureza.

A movimentação do capital social através da integralização no valor de R\$ 23.380 ocorreu da seguinte maneira: (i) R\$ 11.617 relativos a reversão dos dividendos a pagar no valor de R\$ 2.904 bem como do saldo da conta de retenção de lucros no valor de R\$ 8.713 e; (ii) R\$ 11.763 mediante a incorporação de 165 imóveis. No que tange a redução do capital, a movimentação de R\$ 123.589, originou-se de: (i) R\$ 123.476 dos pagamentos das contraprestações aos parceiros privados – PPPs e; (ii) R\$ 113 correspondente ao valor de 4 imóveis a serem devolvidos à sua controladora única MGI conforme quadro abaixo:

	2013	Movimentações	2014
Capital Social	533.274	-	533.274
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP	(530.516)	123.476	(407.040)
Integralização de Capital com reversão de Dividendos	-	2.904	2.904
Integralização de Capital com reversão de Retenção Lucros	-	8.713	8.713
Integralização de Capital com incorporação de imóveis	-	11.763	11.763
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP	(123.476)	(123.476)	(123.476)
Devolução de 04 imóveis	-	(113)	(113)
<b>Capital Social apresentado - CPC 39</b>	<b>2.758</b>	<b>23.267</b>	<b>26.025</b>

	Movimen- tações	Partici- pação %
<b>Acionistas</b>		
MGI - Minas Gerais		
Participações S.A.	615.039.667 (136.552.374)	478.487.283 100,00
Totais	615.039.667 (136.552.374)	478.487.283 100,00

## Demonstração dos fluxos de caixa

## Exercícios findos em 31 de dezembro

## Em milhares de reais

	2014	2013
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>20.630</b>	<b>12.228</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>20.630</b>	<b>12.228</b>
<b>Ajustes para:</b>		
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	(18.707)	(15.696)
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	(1.134)	(430)
Aumento/(Diminuição) de fornecedores	48	-
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais	8	-
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher	(863)	1.140
Aumento/(Diminuição) de obrigações por repasse	18	-
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(2.758)</b>	<b>(2.758)</b>
Integralização de capital	2.758	-
<b>Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento</b>	<b>2.758</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Em 2014, reclassificou parte da subscrição do capital do Patrimônio Líquido para o Passivo não circulante, demonstrado na nota 12 e requerido pelo CPC 39.

**(b) Reserva legal**

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei

**(b) Estrutura do gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A EMIP, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

**(c) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

**(d) Exposição a riscos de crédito**

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme abaixo (2013 e 2014):

	Nota	2014	2013
Aplicações financeiras - títulos e valores	4	201.636	422.736
Recurso destinado aos pagamentos de PPP		(167.232)	(407.040)
Total apresentado		34.404	15.696

**(e) Perdas por redução no valor recuperável****Contas a receber de clientes e outros créditos**

Estes ativos estão representados pelas contas a receber decorrentes dos pagamentos efetuados aos parceiros privados, em decorrência da

atuação da Companhia como mandatária do Estado de Minas Gerais em Contratos de Concessões e Parcerias Público-Privadas.

**(a) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de dividendos ordinários.

	2014	2013
<b>Passivo financeiro não derivativo</b>		
Tributos a recolher	277	1.140
JSCP e dividendos a pagar	4.900	2.904
<b>Total</b>	<b>5.177</b>	<b>4.044</b>

**(e) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**(f) Risco cambial**

A Companhia não possui riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

**(g) Risco de taxa de juros**

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos). Na data das informações o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

**Indexador CDI**

	Nota	2014	2013
Aplicações financeiras - títulos e valores	4	201.636	422.736
Recurso destinado aos pagamentos de PPP		(167.232)	(407.040)
<b>Total apresentado</b>		<b>34.404</b>	<b>15.696</b>

**(h) Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa**  
A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

**(i) Gestão de capital**

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

**(j) Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Padrões éticos e comerciais.

**14. Evento subsequente**

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes até a data da aprovação das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, pela Diretoria da Companhia.

**Conselho de Administração**

Leonardo Maurício Colombini Lima	- Presidente
Fernando Viana Cabral	- Vice-presidente
Perácio Alves Salvador	- Membro
José Orlando Silva e Santos	- Membro
Sady da Cunha Pereira	- Membro
Eduardo Antonio Codo Santos	- Membro

**Diretoria Executiva**

Fernando Antônio dos Anjos Viana	- Diretor Presidente
Luiz Schwarcz	- Diretor Executivo

**Contador responsável**

Flavio Augusto Sampaio Menezes	- CRC/MG 68.072/O-9
--------------------------------	---------------------

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Diretores da

**EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A**

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações Financeiras da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas Contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que foram determinados

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os

seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, não contendo modificações.

São Paulo, 06 de Março de 2015



Mazars Auditores Independentes  
CRC 2SP 023701/O-8

Carlos Aragaki  
Contador  
CRC 1SP132091/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, e em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, complementadas por Notas Explicativas. Considerando, ainda, o Parecer da MAZARS - Auditores Independentes, de 06 de março de 2015, entendemos que elas representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, e opinamos favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Opina, ainda, este Conselho, favoravelmente à aprovação da proposta a ser encaminhada à Assembleia Geral dos Acionistas relativa à destinação do lucro líquido do exercício.

Belo Horizonte, 10 de março de 2015.

Hugo Márcio Lemos Teixeira

João Antônio de Souza

Maria Lioni de Oliveira

Paulo Roberto Menicucci

Pedro Meneguetti